

Em defesa da universidade pública, dos direitos sociais e em luta pela democracia

Nós, que assinamos este manifesto, anunciamos nosso compromisso com um processo de construção de uma chapa para concorrer às eleições da diretoria da Adusp em maio deste ano.

Desde as últimas eleições (biênio 2019-2021) vivenciamos um ataque sistemático ao conhecimento científico, à educação, ao meio ambiente, aos direitos sociais, à democracia e, de forma perversa e mais contundente, contra a saúde e a vida.

Somados à gravidade da pandemia de Covid-19, o negacionismo, a propagação de notícias falsas e, sobretudo, a falta de vacinas e de insumos básicos para o cuidado de doentes pela Covid-19, entre outros, revelam absoluto desgoverno por parte daqueles que se encontram na condução do Estado. Atos contínuos do governo federal revelam uma política sistemática que conduziu o Brasil para a situação calamitosa à qual todas as pessoas estão submetidas.

A constante incitação à toda sorte de violência e a banalização da morte vão contra um projeto de sociedade alicerçado em valores humanitários e de justiça social: a democracia, a saúde e as condições de vida, os direitos de trabalhadoras e trabalhadores, o conhecimento, a cultura e as ciências, o respeito às questões de gênero, de pertencimento étnico-racial e da diversidade sexual.

As agressões dirigidas à classe trabalhadora por meio da reforma da previdência, dos ataques aos direitos trabalhistas, às organizações sindicais e aos movimentos populares respondem a interesses meramente econômicos, em detrimento das reais necessidades da maioria da população.

Na Educação, o MEC empreende uma verdadeira cruzada contra os princípios básicos que deveriam referenciar suas políticas. Promove constante ataque às universidades por meio do corte de verbas, da afronta à liberdade de expressão, da perseguição a docentes e do desrespeito à escolha de dirigentes pelas suas comunidades.

Ataque à universidade e à pesquisa, apesar do discurso de defesa da ciência

O governo Doria-Garcia continua incorrendo em contradições quando insiste no retorno às aulas da educação básica sem as condições adequadas para tanto e sem providenciar meios para que as famílias possam sobreviver durante o período de isolamento social exigido pela pandemia.

As universidades estaduais continuam sofrendo várias investidas. Em plena pandemia, o governo paulista ataca a autonomia universitária e tenta retirar verbas da Fapesp e das universidades por meio de um projeto de lei, o PL 529, que resultou na Lei 17.293/2020. Foi necessária muita luta para a retirada das universidades e Fapesp dos efeitos desta lei, mas isso não foi suficiente para evitar o desmonte de outros órgãos públicos responsáveis por importantes ações de cunho social ou pela pesquisa.

Em uma clara investida para ampliar a privatização das universidades e acabar ou precarizar ainda mais os institutos de pesquisa públicos em contradição com a retórica de defesa da ciência, prevalece no governo Doria-Garcia a diretriz de incentivo à *inovação* e ao *empreendedorismo* de cunho mercantil.

Essa diretriz é reproduzida de modo persistente pelas gestões da Reitoria da USP, o que se verifica desde a condescendência para com as fundações privadas ditas *de apoio* e para com os cursos pagos chegando até à concessão do espaço da universidade para eventos do tipo *SP Boat show*.

A gestão Agopyan-Hernandes segue secundarizando as condições da formação de docentes para atuação na Educação Básica e em várias outras profissões, seja pelo descaso quanto aos currículos de cursos, pela insuficiência de bibliotecas e laboratórios, pela política de estágios, ou, ainda, pela não reorganização da Comissão Inter unidades das

Licenciaturas (CIL) e do Programa de Formação de Professores da USP, entre outros.

Desde 2014, a USP contabiliza a perda de cerca de 800 docentes efetivos e mais de 4000 funcionária(o)s. Sua comunidade foi submetida à desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC), ao fechamento da Creche Oeste, ao desmonte progressivo do HU.

O achatamento salarial de docentes e de funcionária(o)s tem financiado o custeio das universidades. A precarização das condições de trabalho e estudo avança célere, assim como a negligência para com as ações afirmativas, as políticas de acesso e permanência e de moradia estudantil, que visam ao atendimento a estudantes preta(o)s, parda(o)s, indígenas e de classes sociais mais vulnerabilizadas.

A Reitoria impõe uma avaliação gerencial (autoritária, punitiva, eliminatória, competitiva e centralizada) do trabalho docente na tentativa de justificar um projeto de universidade sempre mais voltado aos interesses e às práticas características do setor privado. Constata-se a vigência do projeto *USP do Futuro*, que segue a cartilha da consultoria McKinsey, a ser implantado sob quaisquer circunstâncias.

É fundamental continuar o combate que as diretorias da Adusp vêm realizando contra esse projeto privatista, para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela USP correspondam cada vez mais às necessidades e aos interesses da sociedade paulista e brasileira.

A Reitoria age na pandemia como se estivéssemos num estado de normalidade em relação ao trabalho e ao ensino realizados de maneira remota. Além do mote “A USP não Para”, reiteradas vezes reitor, vice-reitor e pró-reitora(e)s propagandeiam que as atividades na universidade ocorrem *normalmente*, ignorando dificuldades das mais diversas ordens, adocimentos e prejuízos para docentes, estudantes e funcionária(o)s.

É necessário continuar a defesa de que o ensino remoto é – apenas e tão somente – emergencial e pensamos ser inaceitáveis as substituições do ensino presencial, seja pelo ensino a distância (EAD), seja pelo formato híbrido.

Soma-se a tudo isso o documento apresentado pelo reitor, o *Estatuto de Conformidades de Condutas da USP*, de teor repressivo, ameaçando liberdades e desrespeitando princípios constitucionais, bem como a retirada de direitos decorrente da aplicação desnecessária e injustificada da Lei Complementar 173/2020. A Reitoria optou por utilizar aspectos da Lei conforme sua própria conveniência.

A falta de diálogo com os vários setores da comunidade, incluindo a Adusp, para construir planos de enfrentamento aos problemas e de resolução das dificuldades, tem marcado a gestão Agopyan-Hernandes, antes e durante a pandemia.

Resistir e continuar a luta

Se os ataques são enormes, a resistência cresce a cada dia, envolvendo diferentes setores da sociedade. O governo Bolsonaro-Mourão perde popularidade e a incompetência generalizada aumenta a chance de bloquear parte de suas investidas. As centrais sindicais e os movimentos sociais continuam construindo frentes de luta e resistência, das quais participamos por meio da Adusp e do nosso Sindicato Nacional, o Andes-SN.

É urgente que o Estado, em todos os seus níveis, organize a compra de vacinas, de insumos hospitalares para o tratamento de doentes de Covid 19 e daqueles necessários à fabricação de vacinas, juntamente com um plano de vacinação organizado pelo SUS, que propicie a imunização mais rápida possível de todas as pessoas, única forma de combate efetivo à pandemia que assola o país.

Consideramos fundamental dar continuidade às lutas da gestão que se encerra e destacamos:

-
- a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e o combate à sua descaracterização e privatização;
 - a luta pela democratização das instâncias de decisão na universidade e dos processos de escolha de seus dirigentes;
 - a luta, em conjunto com o Fórum das Seis, por salários condizentes com a responsabilidade do trabalho acadêmico e pelo adequado financiamento da universidade;
 - a luta por condições de trabalho e em defesa da carreira docente;
 - a denúncia dos desmandos da CERT e as ameaças da avaliação docente gerencial, não raramente informalizada, baseada em critérios subjetivos e indiferente às especificidades múltiplas inerentes ao dinamismo e à complexidade do contexto universitário;
 - a luta pela recomposição do quadro docente efetivo e contra a precarização da função docente;
 - a defesa do HU (atuando com o Sintusp, o Coletivo Butantã na Luta e no GT-HU) e das creches;
 - a luta por políticas de acesso, permanência e de moradia estudantil;
 - o engajamento crescente na luta contra o racismo e contra a discriminação e violência de gênero;
 - a permanente luta pela verdade e pela memória das pessoas que tombaram em decorrência da ditadura militar, na qual destacamos as diversas publicações da entidade e iniciativas como a criação da *Frente de Defesa da Democracia Luiz Hirata*;
 - a participação na *Frente em Defesa do Serviço Público*, que agrega cerca de oitenta entidades e movimentos e desempenha papel central na defesa do funcionalismo público e de seus direitos, e no embate contra os ataques da PEC 186 (que congela salários por até 15 anos) e da PEC 32 (reforma administrativa);
 - o esforço contínuo de aproximação entre entidade e docentes, na interlocução com diferentes setores, aprimorando a comunicação e a incorporação de pautas, como a urgente valorização dos níveis iniciais da carreira e a melhoria da remuneração de docentes em situação de contratos temporários.

Num contexto tão adverso e preocupante, a defesa e o fortalecimento do nosso sindicato são essenciais. A Adusp tem sido e deve continuar sendo um sindicato de luta, sem resvalar em políticas assistencialistas, construído pela base, autônomo, independente de governos, de partidos políticos e de administrações universitárias; condições fundamentais, tanto para contribuir nas lutas mais gerais, quanto para dar continuidade às suas ações na universidade.

Por isso tudo, apoiamos a construção de um programa e de uma chapa para concorrer às eleições para a diretoria da Adusp que dê continuidade às ações da atual gestão.

Assinam este manifesto

Adalgiza Fornaro (IAG)
Ademar Ferreira (EP)
Adriana Marcondes Machado (IP)
Adriana Pedrosa Biscaia Tufaile (EACH)
Adriana Sparenberg Oliveira (FMRP)
Ana Lúcia Brandimarte (IB)
Ana Luíza Jesus da Costa (FE)
Ana Paula Jahn (IME)
André Machado Rodrigues (IF)
Andrés Vercik (FZEA)
Ângela Maria Machado de Lima Hutchison (EACH)
Annie Schmaltz Hsiou (FFCLRP)
Antonio Carlos Pedroso de Lima (IME)
Benedito Machado (FMRP)
Boris Vargaftig (ICB)
Carmen Sylvia Vidigal Moraes (FE)
Celso Eduardo Lins de Oliveira (FZEA)
César Minto (FE)
Chico Miraglia (IME)
Ciro Teixeira Correia (IGc)
Claudia Regina Passarelli (IGc)
Daciberg Lima Gonçalves (IME)
Dalton Amorim de Souza (FFCLRP)
Denise de La Corte Bacci (IGc)
Edilson Pizzato (IGC)
Eduardo Nascimento Marcos (IME)
Eliana Tadeu Terzi (ESALQ)
Eliane Aparecida Del Lama (IGc)
Eliel Soares Orenha (FOB)
Elisabetta Santoro (FFLCH)
Elizabeth Franco Cruz (EACH)
Ester Gammardella Rizzi (EACH)
Fabiana Augusta Jardim (FE)
Fabiana Severi (FDRP)
Fábio Ramos Dias de Andrade (IGc)
Gabrielle Weber (EEL)
Helder Garmes (FFLCH)
Helio Mitio Morishita (EP)
Heloisa Daruiz Borsari (IME)
Hernani Luiz Brinati (EP)
Iole de Freitas Druck (IME)
Ivã Gurgel (IF)
João Zanetic (IF)
Jorge Luiz Souto Maior (FD)
José Marcelino de Rezende Pinto (FFCLRP)
José Moura Gonçalves Filho (IP)
Katia Amorim (FFCLRP)
Katiuchia Uzzun Sales (FMRP)
Laura Villares de Freitas (IP)
Leny Sato (IP)
Lighia Matsushigue (IF)
Lisete Regina Gomes Arelaro (FE)
Lucelene Martins (IGc)
Lucília Daruiz Borsari (IME)
Luiz Silveira Menna Barreto (EACH)
Marcelo Montaña (EESC)
Marcelo Pompeo (IB)
Marcelo Ventura Freire (EACH)
Marcelo Zaiat (EESC)
Marcia Regina Car (EE)
Marco Antonio Bettine de Almeida (EACH)
Marco Antonio Brinati (EP)
Marcos Bernardino de Carvalho (EACH)
Marcos Nascimento Magalhães (IME)
Maria Conceição Bernardo de Mello e Souza (EERP)
Maria da Gloria Motta Garcia (IGc)
Maria Inês Assumpção Fernandes (IP)
Maria Isabel Ramalho Martins (IME)
Maria Júlia Kovács (IP)
Maria Luísa Sandoval Schmidt (IP)
Maria Rita Bertolozzi (EE)
Mariana Prioli Cordeiro (IP)
Marie Claire Sekkel (IP)
Mario da Costa Campos (IGc)
Marlene Guirado (IP)
Marta Inez Medeiros Marques (FFLCH)
Michele Schultz Ramos (EACH)
Miguel Angelo Stripp Basei (IGc)
Miriam Debieux Rosa (IP)
Nuria Hanglei Cacete (FE)
Oswaldo Coggiola (FFLCH)
Oswaldo Siga Junior (IGc)
Otaviano Helene (IF)
Patricia Ferreira Monticelli (FFCLRP)
Patricia Izar (IP)
Paulo Albertini (IP)
Paulo Eduardo Moruzzi Marques (ESALQ)
Plauto Watanabe (FORP)
Primavera Borelli (FCF)
Regina Célia Fiorati (FMRP)
Renato de Moraes (IGc)
Rodrigo Ricupero (FFLCH)
Rosângela Gavioli Prieto (FE)
Rosângela Sarteschi (FFLCH)
Rubens Barbosa de Camargo (FE)
Sandra Maria Sawaia (FE)
Sean Purdy (FFLCH)
Sergio Souto (FZEA)
Silvio Roberto Farias Vlach (IGc)
Suzana Salem (IF)
Tercio Redondo (FFLCH)
Vanessa Martins do Monte (FFLCH)
Vera Lucia Conceição de Gouveia Santos (EE)
Waldir Bevidas (FFLCH)
Wilfried Klein (FFCLRP)
Zilda Márcia Gricoli Iokoi (FFLCH)